



Sororidade Concreta: a mais longa revolução do mundo

Beatriz Carvalho Torres Mendes¹; Emmanuel Oguri Freitas²

Resumo

O presente artigo apresenta a sororidade concreta, uma categoria em desenvolvimento a ser relacionada ao feminismo contemporâneo, em sua perspectiva interseccional, com enfoque conceitual derivado da pesquisa-ação realizada no cenário rural do interior da Bahia. Tal pesquisa-ação tem como foco o acompanhamento e assessoria jurídica do território dos acampamentos e assentamentos do Movimento Social Sem Terra, bem como inclui também territórios remanescentes de quilombos que resistem na Bahia. Observar parte do cotidiano dessas comunidades e de suas líderes tornou possível notar uma realidade propícia ao cunho deste novo termo, que representa a necessidade que as mulheres têm de se organizar em grupos que tenham como objetivo a obtenção de ganhos financeiros e políticos.

Palavras-chave: sororidade; campo; movimentos sociais.

Sororidade Concreta: the world's longest revolution

Abstract

This article presents concret sorority, a new term to be coined in contemporary feminism, in its intersection perspective, with a conceptual focus derived from the action research carried out in the rural scenario of the interior of Bahia. Such action research focuses on monitoring and providing legal advice on the territory of the Sem Terra Social Movement camps and settlements, as well as including remaining quilombo territories that resist in Bahia. Observing part of

¹ Graduanda em Direito na Universidade Estadual de Feira de Santana, beatrizcarvalho@hotmail.com

² Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana, Doutor em Sociologia e Direito pelo PPGSD-UFF, emmanuel.of@uefs.br

the daily life of these communities and their leaders made it possible to notice a reality that is favorable to the imprint of this new term, which represents the need that women have to organize themselves in groups that aim to obtain financial and political gains. (mínimo 100 e no máximo 150 palavras)

Keywords: sorority; countryside; member moves.

Cheguei à teoria porque estava machucada- a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender- apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura
bell hooks

Introdução

O feminismo é um movimento que busca a equidade de direitos entre homens e mulheres. Todas as mulheres. E há uma infinidade de mulheres: há as mulheres negras, brancas, urbanas, rurais, camponesas, transexuais, com deficiência, marginalizadas, moradoras de rua, empresárias, assalariadas, dentre outras. E esse movimento deve prezar pela identificação dessas características e diferentes contextos e, a partir deles, moldar as estratégias de enfrentamento e luta contra o sexismo.

Uma dessas estratégias está contida na categoria sororidade concreta, que é a tentativa de dar nome à capacidade de mulheres com objetivos diversos se organizarem em prol da subsistência, de ganhos econômicos, de demais melhorias de vida e dignidade humana. Trata-se de melhorias que também podem ser compreendidas como ganho político, já que a simples existência de grupos como remanescentes de quilombos e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é constantemente colocada à prova pelos ataques que sofrem com apoio de alguns entes estatais.

Este artigo pode ser entendido como uma pequena contribuição para a teoria feminista, em sua modalidade crítica porque sua abordagem de pesquisa e escrita ocorre dentro do contexto do feminismo da diferença, ou “interseccional” (CRENSHAW, 1985, p. 09), utilizando essa teoria como referência teórica de defesa da

individualidade e diversidade do movimento, fundamentando-se também nos atributos culturais, simbólicos, históricos e territoriais para explicar as desigualdades entre os gêneros.

Essa teoria aborda a questão de gênero, a partir do conceito formulado por Joan Scott, que define essa categoria analítica como a maneira primeira de significar relações de poder e como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (MELO, 2003, p. 12).

Para tanto, a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica com viés ensaístico, uma vez que a categoria da sororidade concreta ainda está em vias de construção. Não obstante a escrita estar centrada no debate teórico, as reflexões apresentadas são resultantes, também, de observações efetuadas durante dois anos de atividades de pesquisa-ação relacionadas ao projeto de extensão “Direito e movimentos sociais: interações dialógicas acerca da produção jurídica”, ligado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A autora e o coautor deste artigo são extensionistas do referido projeto e têm desenvolvido atividades junto a acampamentos e assentamentos do MST, a comunidades quilombolas do Território de Identidade Portal do Sertão- Bahia e em comunidades rurais do entorno de Feira de Santana, na Bahia.

A vivência extensionista proporcionou uma dimensão prática aos estudos sobre gênero que vínhamos encarando na preparação do trabalho de assessoria aos movimentos sociais. Assim, não partimos de desenvolvimentos estritamente teóricos para alcançar a categoria da sororidade concreta, mas de uma análise pensada do concreto, procurando compreender as múltiplas determinações que compõem o real. Por conta dessa dimensão teórico-prática, na qual saímos do concreto para retornar ao concreto pensado como uma síntese (MARX, 2008, p. 258-9), inserimos nossas reflexões na Teoria Crítica.

Para além do viés marxista dessa análise, busca-se também utilizar a interseccionalidade como instrumento crítico a ser abordado no estudo, pois não se trata apenas de firmar compreensões sob uma perspectiva de gênero e de raça, mas pontuando também a relação

dessas mulheres com o seu território, o que as caracteriza como rurais. Assim, trazendo o entendimento de Flávia Rios e Edilza Sotero, deve-se pautar os estudos feministas numa perspectiva de retratar e refutar um sistema “que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, persistentes e duradouras, que naturalizariam as hierarquias sociais.” (RIOS; SOTERO, 2019, p. 05)

E, metodologicamente falando, a perspectiva crítica do presente artigo não poderia ser outra que não a interseccional, pois diversidade existente no (não) objeto de pesquisa exige uma atenção específica às características de cada espaço que a pesquisa ação chega, o que pode ser desenhado nesse trecho escrito por Vilênia Aguiar:

o desafio que se coloca para nós pesquisadoras/pesquisadores das mulheres, do mundo rural, das questões de gênero, que adotam uma perspectiva feminista é promover deslocamentos epistemológicos que permitam a construção de novas unidades de análise, romper com o efeito colonizador das teorias dominantes e construir novas teorias críticas a partir dos feminismos que tem brotado das hortas, das florestas, das águas, dos grotões, das marés, dos fundos de pastos, dos quilombos (AGUIAR, 2017, p. 14)

O desenvolvimento do artigo se dá em um único tópico, em que buscamos construir uma reflexão sobre sororidade concreta e apresentar uma abordagem inicial, com base na experiência prática, a ser desenvolvida em outros trabalhos.

Sororidade concreta: dimensões teórico-práticas de uma categoria em construção

A título de produção de uma categoria que dê conta deste ensaio, sororidade concreta se apresenta como o poder/ação que os mais diversos grupos de mulheres obtêm pela sua própria condição ontológica de sujeito, associado aos retornos que esse poder traz às suas vidas nos mais diversos espectros, perpassando o âmbito político, social e pessoal. Noutra perspectiva, derivada da mesma que pôde cunhar o termo interseccional, o termo sororidade concreta tem o objetivo de

fazer ampla divulgação da pesquisa militante, que enxerga, ou pelo menos tenta enxergar, todas as características e contextos que envolvem ser mulher no mundo. E no caso desse artigo, tratamos do ser mulher camponesa e militante na Bahia.

É dessa forma que as teorias feministas devem ser cunhadas, partindo de um ponto de respeito e comunhão com aquelas que vieram antes de nós e que conosco podem construir uma melhor sociedade para o futuro. Fazendo recorte de cor, localidade e quaisquer outros pontos significativos para uma pesquisa. “Trata-se, pois, de uma perspectiva feminista que procura estabelecer leituras que partam do local (saberes locais), tendo em vista a sua imbricação e relevância para a compreensão da sociedade global” (GALINDO, 2015, p. 08).

A ideia para pensar essa categoria surgiu ao identificar na realidade de mulheres trabalhadoras da favela que, para ganhar seu dinheiro, precisavam sair e deixar os filhos com outras mulheres de suas comunidades, e que, por uma questão financeira, não eram remuneradas por esse cuidado. No entanto, os avanços obtidos no ambiente profissional de uma repercutiam na vida da outra, ao passo que se criava um laço de comunidade e divisão de bens que perdurava, mesmo em um cenário de adversidade.

Reconhecer a sororidade concreta, ou seja, o poder de retorno palpável das mulheres como um grupo nas mais diversas searas da produção permite que avancemos em direção a um mundo com mais oportunidades e menos diferenças político-sociais. Uma mulher deve ter garantido o direito de ser mãe, trabalhadora e o que mais ela quiser, e que ela e suas companheiras do dia-a-dia sejam reconhecidas pelo Estado e pelos movimentos aos quais pertencem como componentes pessoais importantes na manutenção de todo sistema de produção e circulação de riquezas.

Importa salientar, desde já, que essa pesquisa tem cor, desde a ideia inicial, ao seu aprimoramento. Foram mulheres negras as responsáveis por esses resultados, perpassando assim o seu não-lugar de objeto de estudo, mas sendo celebradas por exercer lideranças competentes, que criam e cultivam oportunidades de melhora face ao capitalismo selvagem que não permite condições de vida digna sem luta. Essa experiência tornou possível estabelecer paralelos com um nível de organização entre as mulheres, que é recorrente no mundo

rural, em especial no MST, já que surge a necessidade de adotar posições de liderança e organicidade face às adversidades (im-)postas pelo agronegócio.

Tal pensamento já vinha sendo desenhado por Millie Thayer em sua pesquisa junto ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, no qual ela acompanhou o desenvolvimento desse grupo face ao crescimento do movimento feminista no país:

Nos anos 90, as trabalhadoras da área rural do nordeste brasileiro negociaram com entidades de fomento internacionais, foram a conferência das mulheres da ONU em Beijin e se enfrentaram com teoria feministas – como a que Joan Scott sobre relações de gênero – desenvolvidas bem longe do sertão (THAYER, 2001, p.104).

O enfrentamento descrito por Thayer não poderia ter acontecido sem que houvesse uma unidade política e de interesses dentro do MMTR, o que possibilitou a construção de uma confiança que apenas o coletivo pode garantir, a partir da troca de experiências e da formação de ligações que podem perpassar as adversidades:

Por outro lado, o MMTR oferecia solidariedade às mulheres rurais em seus esforços para quebrar as amarras das relações familiares patriarcais, uma atitude que inevitavelmente iniciou uma briga por liberdade de movimentos –pela possibilidade de literalmente deixar a casa. Esse aspecto da luta, assim como a busca de valorização de seus corpos e de sua visibilidade social como trabalhadoras, aliou se a movimentos feministas transnacionais (THAYER, 2001, p. 111).

Tratar sobre cor é um dos aspectos que invoca a interseccionalidade pretendida neste texto, já que se deve também atentar a localidade do estudo, pois ao passo que a organização do MST segue certas diretrizes gerais, a produção de cada um dos acampamentos e assentamentos será determinada por características da região em que está estabelecido. Tal organização não surge de forma espontaneísta, mas do fato de que produzir para subsistência no campo brasileiro traz consigo dificuldades impostas pelo capital. A inserção dessa produção realizada pelas famílias em circuitos de comercialização

composto, na maioria das vezes, pelo comércio em feiras livres, torna-se um imperativo para a reprodução social dessas mulheres e de suas famílias.

A mulher agricultora torna-se detentora de um saber que é valorizado dentro do movimento, no entanto, essa valorização não tem perspectiva de alcançar maiores públicos. Num sentido geral, não se conhece publicamente, sem pesquisar, grandes lideranças do MST, bem como não se conhece grandes lideranças femininas de quilombos. Isso se dá, em grande parte, porque as grandes lideranças em sua maioria são mulheres e “a mulher é sempre pensada como família, o que dificulta, até mesmo nos dias atuais, a sua participação em programas governamentais voltados para a esfera de produção, a exemplo do PRONAF” (MELO, 2003, p. 33).

Assim, como as camponesas também produzem e fazem essa comercialização, lhes é interessante participar do processo como um todo, inclusive o político, que resulta na crescente demanda por reconhecimento da sua condição como titulares do domínio das terras e do território, com a conseqüente valorização da produção desenvolvida, repercutindo, assim, em maiores incentivos governamentais ao seu protagonismo na agricultura familiar. No entanto, para que haja produção, é necessária uma política de incentivos e, de saída, uma melhor distribuição das terras, tornando-se um imperativo que haja a mobilização dentro e fora do campo em prol de direitos territoriais, em especial de uma justa reforma agrária.

Para que haja essa mobilização, inicialmente, a comunidade precisa ser unida e articulada, no entanto, o fato de que as mulheres não são reconhecidas como agricultoras por membros de suas próprias comunidades torna essa união mais difícil. Então, as mulheres que trabalham com a lida com a terra, com o cuidado de casa e com a criação dos filhos ainda são reconhecidas apenas como ajudantes de seus esposos e parentes homens. O movimento feminista tem garantido, ao longo do tempo, uma ressignificação do sentido de trabalho, com o intuito de valorizar essa participação da mulher, mesmo quando este labor não resulta em remuneração direta (PAULILO, 2009, p. 179).

Para além disso, o movimento feminista camponês ressignifica a relação socioterritorial, que, a todo tempo, enfrenta os impactos do capital no campo e em sua consolidação não apenas como um espaço de

produção de bens para consumo, mas também um lócus que permita a perpetuação do ideal do bem viver herdado dos antepassados dessas comunidades, operando uma dimensão muito própria de ancestralidade.

A luta pela perpetuação de tal tradição se configura como importante mecanismo de resistência, que é empregado pela classe trabalhadora desde antes de sua definição em tal categoria. Os meios impostos para que essa luta seja colocada em prática também são parte de uma tradição. “Sobre a derrubada de cercas: continuaram durante os séculos XVI e XVII, quando a derrubada de cercas e tornou a “forma mais importante de protesto social” e o símbolo do conflito de classes” (FEDERICI, 2004, p. 141).

A participação feminina nos espaços de luta do campo é uma tradição que se reproduziu no Brasil, mas que acontecia desde os primórdios da instauração do capitalismo, e, conseqüentemente, foi importada para as terras brasileiras recém invadidas. Nesse caso, o que ocorre é que o pertencimento à terra que os camponeses europeus tinham era parecido com o sentimento dos povos que aqui habitavam no que se relaciona ao território tido como natural, das florestas, rios e mares.

O espaço que permite o cultivo de alimentos que serão utilizados para nutrir uma família e uma comunidade não pode ser encarado como um mero espaço de produção. E como, desde os primórdios da organização social, o trabalho reprodutivo foi relegado às mulheres, não é de se espantar que elas também participaram ativamente das lutas em prol da manutenção do bem-viver: “Mulheres portavam forcados e foices, resistindo ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos que ameaçavam seu modo de vida” (FEDERICI, 2004, p.143). Essas ações extremas não são tão diferentes do que acontece no MST, por exemplo:

“Enfurecidas, em luta, em defesa dos nossos territórios, da nossa biodiversidade, dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, denunciemos a aliança mortífera e destrutiva entre o governo Bolsonaro e o capital internacional imperialista que tem produzido violência”, gritaram as mulheres sem-

terra ao ocuparem o prédio na Esplanada dos Ministérios (SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 01).

Para além do trabalho externo e político, no contexto do trabalho no campo - da lida com a terra e os animais - não há uma diferenciação que permita atribuir características específicas para o cuidado com a terra, em especial em se tratando das mulheres, já que em muitas situações entende-se o trabalho delas, inclusive dentro dos movimentos sociais, como uma ajuda aos homens ou extensão do trabalho doméstico.

a conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social considera as relações de poder dos homens sobre as mulheres, que se expressam no princípio hierárquico de que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (NOBRE, 2003, p. 7).

Dessa forma, organização política e o trabalho diário na roça se confundem dentro dos assentamentos e acampamentos do MST. As tarefas domésticas e aquelas relacionadas ao plantio e colheita se misturam no tempo e no espaço, uma vez que, dentro dessas comunidades, o quintal e o ambiente de trabalho estão no mesmo terreno/território.

As mulheres camponesas, então, recorrem a um tipo de arranjo no qual se associam organicamente em grupos que visam a obtenção de renda a partir da produção de alimentos e artesanato com materiais provenientes da colheita e do campo em geral, bem como garantem suporte político face às demandas constantes dentro do movimento. É comum, inclusive, que esses grupos tenham espaço físico dentro da comunidade e, também, que estabeleçam contato com a assessoria jurídica e outros grupos de suporte para o movimento. Se por um lado, esse tipo de arranjo existente no meio rural consegue suprir diversas necessidades, ao viabilizar o surgimento de estratégias - tais como as associações - de melhor aproveitamento tanto das horas do dia quanto dos recursos naturais, por outro lado, estabelecem conexões e relações únicas para dar conta das demandas que surgem com essa nova organização dos meios de produção e estrutura política.

Cumprе salientar que essas associações se arquitectam com base nos afazeres domésticos e responsabilidades profissionais das mulheres

dos movimentos, criando, assim, relações de aproximação e alteridade dentro do próprio movimento. A importância desse movimento interno pode ser resumida na fala de Camilla Batista, coordenadora da CDA/SDR, na qual ela destaca a importância da troca de experiências que geram impactos no fortalecimento das ações desenvolvidas pela mulher rural:

Estamos trazendo para a discussão a evolução das políticas públicas executadas para as mulheres rurais e as perspectivas socioeconômicas. A produtividade agroecológica é feita, em sua maioria, pelas mulheres rurais, que além das diversas tarefas realizadas no dia a dia, são elas que fortalecem a economia feminista e solidária, avançando em direção à economia local e territorial (BAHIA, 2019, p. 01).

Assim, torna-se comuns relatos de mulheres que, ao participar de formas alternativas de geração de renda, conseguem ter mais flexibilidade para tratar dos assuntos da família, tornando assim a relação de trabalho e cooperação uma forma de sociabilidade muito específica, que condiz com a realidade de cada uma em suas infinitas particularidades. A escuta sensível e a possibilidade de ajuda mútua para as mulheres do campo são elementos essenciais para que possam participar da vida política dentro e fora dos movimentos. A percepção da necessidade de ajuda entre mulheres que acessam políticas públicas, com base na sororidade direta e concreta nos parece um elemento fundamental para superação das desigualdades estruturais que impediram as mulheres de acessar espaços públicos no passado.

Outro ponto a ser mencionado é o impacto que a divulgação do trabalho dessas mulheres tem num âmbito mais amplo do que a associação daquele território ou comunidade no qual elas estão inseridas. Ser reconhecida como liderança permite o seu acesso a maiores espaços de debate e troca de conhecimento, e, com isso, avanços para sua comunidade. Sem contar, é claro, com o aumento da dimensão de denúncia dos descasos que porventura sofra, já que os racismos ambiental, institucional e estrutural são constantes na realidade do campo brasileiro.

A definição própria de sororidade concreta como uma categoria social e filosófica que possibilita a observação dos mais diversos grupos

de mulheres produtoras e sua importância em sentido abstrato – fomentando o empoderamento e as relações produtivas estabelecidas entre e por mulheres – e em sentido concreto, quando se observa os ganhos materiais que elas obtêm por trabalharem juntas, se apresenta como categoria de análise e normativa, no sentido de propor uma forma de vida pautada na solidariedade e no bem viver.

Observar e falar sobre sororidade concreta é uma das formas de trazer as mulheres de volta para a história como protagonistas de seus movimentos e ações individuais e coletivas, pois os avanços alcançados pelo movimento feminista e pelo movimento camponês não são ainda encontrados nos livros de História, causando assim um apagamento geral da luta e da permanência feminina ao longo do tempo. É preciso contar a história escrita de baixo para cima. O fenômeno que dá nome à sororidade concreta é a prova viva que as mulheres - e nesse caso as mulheres sempre resistiram às amarras impostas pela sociedade, e, mais do que nunca - precisam que sua resistência e trajetória sejam reconhecidas e incentivadas de forma saudável, para que as oportunidades existam e possam ser utilizadas.

A necessidade de estudar a história através da perspectiva feminista é justificada pelo seguinte fato trazido nos escritos de Angela Davis sob a interpretação de Evelin dos Santos Ferreira e Graziela Rinaldi da Rosa: “(...) o feminismo não é uma corrente de pensamento neutra, ela tem como intenção valorizar e reconhecer as mulheres, nos diferentes espaços, problematizando as violências e silenciamentos históricos” (FERREIRA; ROSA, 2016, p. 345). Assim como Davis, nosso intento é dar visibilidade à categoria da sororidade concreta e oferecer ferramentas de luta para superação de uma sociedade patriarcal, violenta e elitista. São pequenas notas que têm a vontade de grandes passos.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos compreender como a organização e participação das mulheres dentro dos movimentos sociais abre espaço para novas práticas de alteridade entre elas que resultam em ganhos de diversas naturezas para o processo de ação coletiva. Esse conjunto de práticas e posturas denominamos sororidade concreta.

Essa articulação entre mulheres é resultante da necessidade de auto-organização em espaços que, mesmo com alto grau de politização e visíveis avanços em termos de promoção da igualdade de gêneros, ainda assim se configuram como espaços desiguais. Partindo da realidade do campo, resultante de pesquisa-ação realizada em ações extensionistas, identificamos que as mulheres dos movimentos sociais puderam acessar políticas públicas, lugares de destaque nas próprias organizações e um protagonismo que já estava posto em suas vivências, mas que contou com a solidariedade das companheiras de luta para que pudesse se concretizar.

O cenário privilegiado da assessoria permitiu problematizar o alcance da prática da sororidade concreta, identificando os elementos de solidariedade que resultam em acúmulos e movimentam essas companheiras de luta por um caminho de reconhecimento de direitos. Seja pela mobilização de elementos de uma economia popular e solidária, seja pela articulação com instâncias do Estado e de outros movimentos sociais, as mulheres conseguem implementar uma agenda feminista e romper com a histórica hegemonia patriarcal que configurou a sociedade brasileira.

De forma objetiva e concreta, juntas e solidárias, a organização das mulheres no interior dos movimentos sociais tem produzido efeitos poderosos e duradouros. Hoje, podemos dizer que uma série de pautas feministas já estão relativamente estabelecidas dentro dos movimentos sociais e esse fato deve-se à articulação engajada dessas mulheres que se amparam em sororidade concreta. Muitas outras pautas ainda estão por serem conquistadas e construídas e o caminho de união crítica e qualificada nos parece ser uma rua de mão única.

Referências

- BAHIA, Secretaria de Política para as Mulheres. 2019. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/encontro-de-mulheres-rurais-abre-programacao-da10a-feira-baiana-da-agricultura-familiar-e>. Acesso em: 28 de julho de 2020
- CRENSHAW, Kimberle. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. 1985. Disponível em: 1964

<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-marginsintersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberlecrenshaw1.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

FERREIRA, E. S. ; ROSA, Graziela Rinaldi . Angela Davis: uma pantera negra na filosofia. In: SILVA, Juliana Pacheco Borges da (Org.). *Filósofas: A presença das mulheres na Filosofia*. 1. ed. 2016, v. , p. 30-

GALINDO, Eryka Danyelle S. *Mulheres rurais e feminismos pós-coloniais: será esta uma aproximação possível?* Anais do XXX Congresso ALAS, Costa Rica, 2015.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Lígia Albuquerque de. *Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira- PE*. Recife, Oautor, 2003

NOBRE, Miriam. MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. In: CATTANI, Antônio (Org.) *A Outra Economia*. Editora Veraz e Unitrabalho, Porto Alegre, janeiro de 2020. 10p.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 2: a diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019.

SOUZA, Marina Duarte de; OLIVEIRA, Sheila. *Mulheres do MST ocupam Ministério da Agricultura em Brasília*. Direitos Humanos, Protestos, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/09/mulheres-do-mst-ocupam-ministerio-da-agricultura-em-brasilia>. Acesso em: 25 out. 2020.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: Re-lendo Joan Scott no Sertão. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.